

Entrevista com Maria Eduarda da Mota Rocha

Carlos Figueiredo

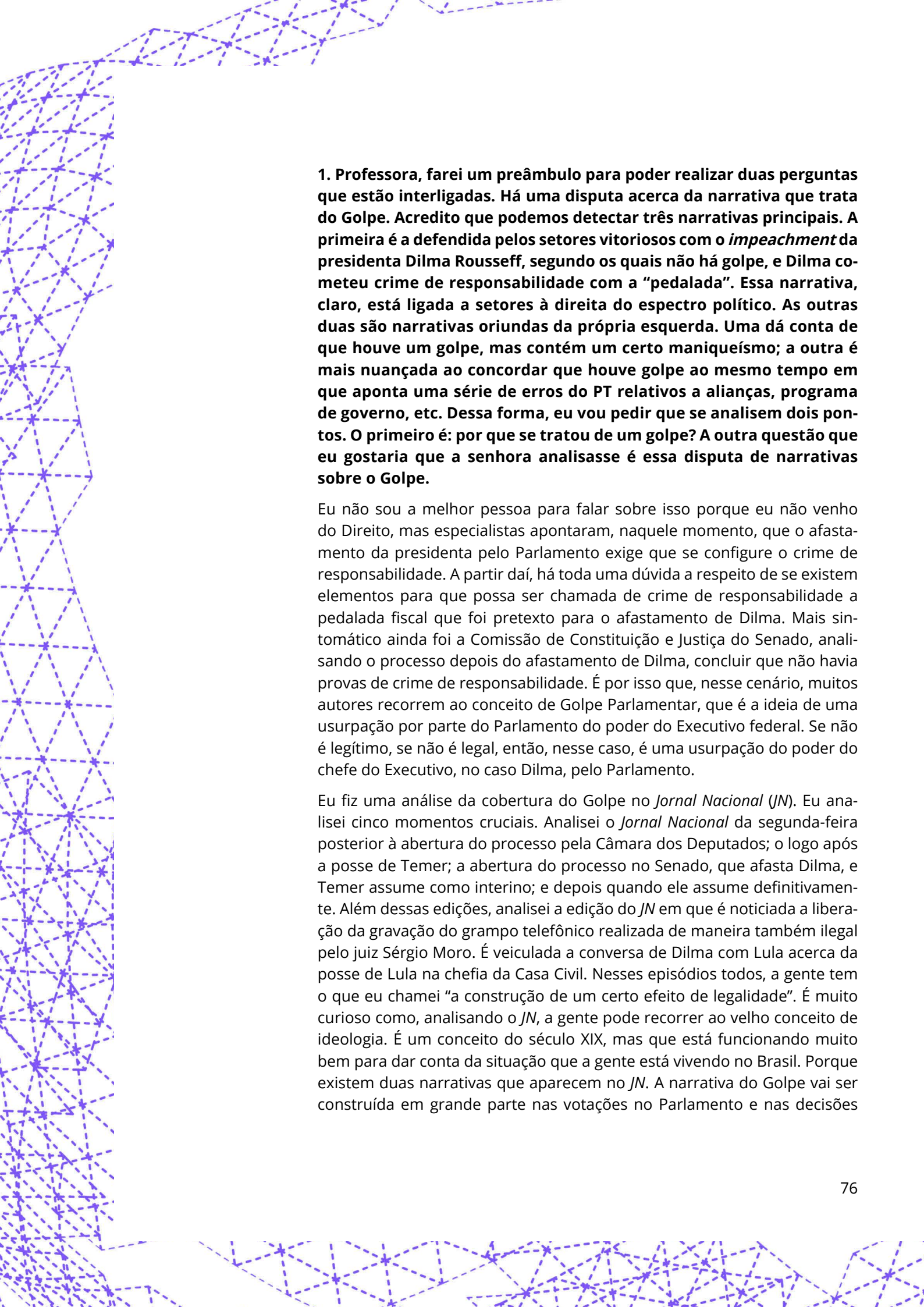
Doutor em Sociologia (UFPE) e pesquisador de Pós-Doutorado no PPGCOM da Universidade Federal de Sergipe – Brasil.

Contato: carlospfs@gmail.com

Os conglomerados de mídia participaram da derrubada de vários governos eleitos no Brasil. Foi assim com Getúlio Vargas, João Goulart e, agora, com Dilma Rousseff. Esse dado histórico atesta que o monopólio da fala é um dos maiores desafios para os setores progressistas no Brasil. Na entrevista, a professora Maria Eduarda da Mota Rocha destrincha a ação dos meios de comunicação no Golpe de 2016, a partir de uma análise do *Jornal Nacional*¹, por meio do que ela nomeia *rito de destituição* em conjunto com os campos político e judiciário. A professora também comenta as dificuldades que a concentração de propriedade dos meios de comunicação impõe à realização de uma democracia plena no Brasil.

Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), a jornalista e socióloga Maria Eduarda da Mota Rocha é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade, e tem como objetos de pesquisa os meios de comunicação e a publicidade. Além disso, Maria Eduarda e outros professores e professoras da UFPE são responsáveis pelo programa radiofônico *Fora da Curva*, cuja proposta é realizar um jornalismo que se coloque como alternativa ao realizado na mídia corporativa.

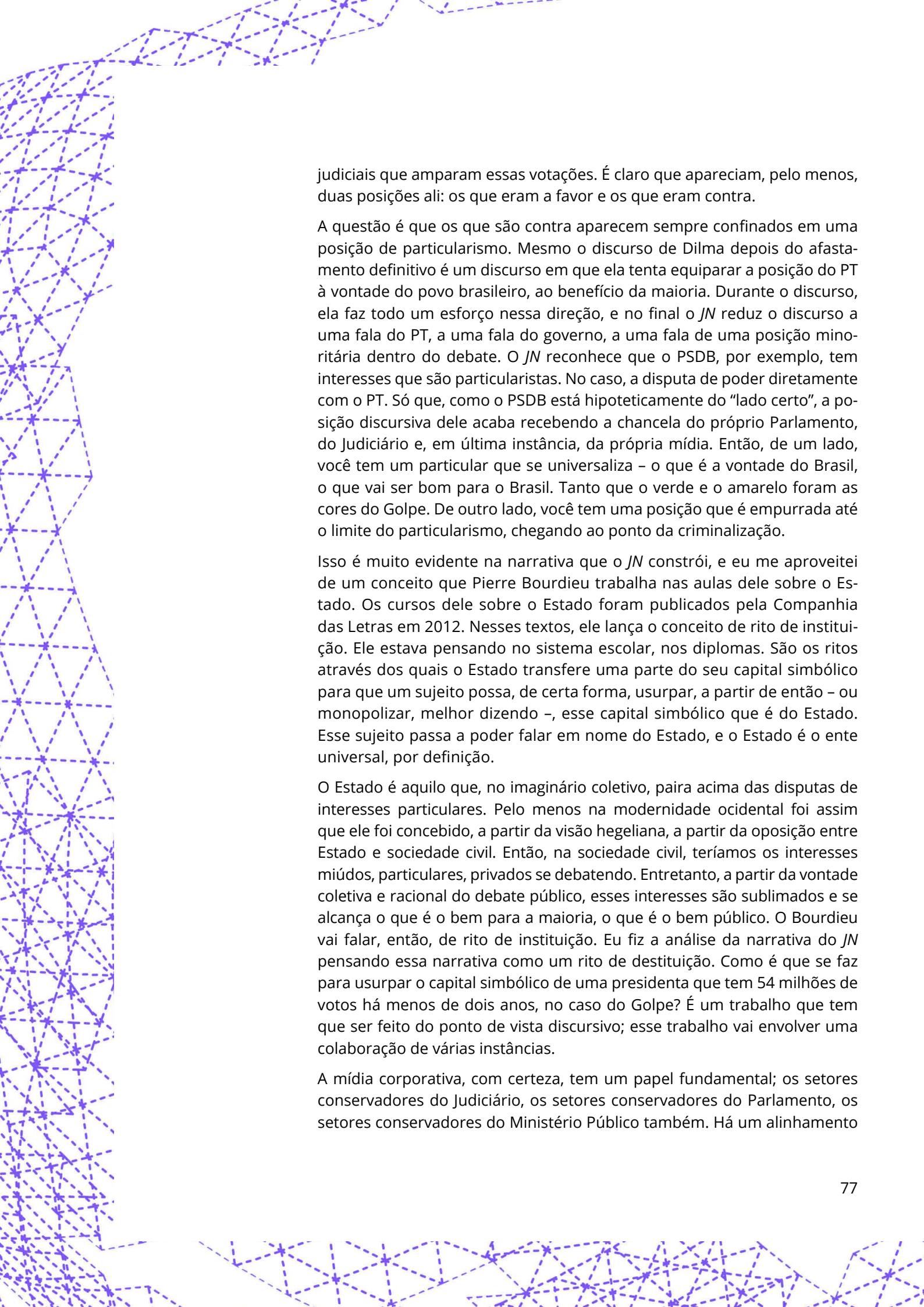
¹ Telejornal transmitido pela Rede Globo desde 1969 durante o horário nobre da TV brasileira. É o telejornal de maior audiência no Brasil.



1. Professora, farei um preâmbulo para poder realizar duas perguntas que estão interligadas. Há uma disputa acerca da narrativa que trata do Golpe. Acredito que podemos detectar três narrativas principais. A primeira é a defendida pelos setores vitoriosos com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, segundo os quais não há golpe, e Dilma cometeu crime de responsabilidade com a “pedalada”. Essa narrativa, claro, está ligada a setores à direita do espectro político. As outras duas são narrativas oriundas da própria esquerda. Uma dá conta de que houve um golpe, mas contém um certo maniqueísmo; a outra é mais nuançada ao concordar que houve golpe ao mesmo tempo em que aponta uma série de erros do PT relativos a alianças, programa de governo, etc. Dessa forma, eu vou pedir que se analisem dois pontos. O primeiro é: por que se tratou de um golpe? A outra questão que eu gostaria que a senhora analisasse é essa disputa de narrativas sobre o Golpe.

Eu não sou a melhor pessoa para falar sobre isso porque eu não venho do Direito, mas especialistas apontaram, naquele momento, que o afastamento da presidenta pelo Parlamento exige que se configure o crime de responsabilidade. A partir daí, há toda uma dúvida a respeito de se existem elementos para que possa ser chamada de crime de responsabilidade a pedalada fiscal que foi pretexto para o afastamento de Dilma. Mais sintomático ainda foi a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, analisando o processo depois do afastamento de Dilma, concluir que não havia provas de crime de responsabilidade. É por isso que, nesse cenário, muitos autores recorrem ao conceito de Golpe Parlamentar, que é a ideia de uma usurpação por parte do Parlamento do poder do Executivo federal. Se não é legítimo, se não é legal, então, nesse caso, é uma usurpação do poder do chefe do Executivo, no caso Dilma, pelo Parlamento.

Eu fiz uma análise da cobertura do Golpe no *Jornal Nacional (JN)*. Eu analisei cinco momentos cruciais. Analisei o *Jornal Nacional* da segunda-feira posterior à abertura do processo pela Câmara dos Deputados; o logo após a posse de Temer; a abertura do processo no Senado, que afasta Dilma, e Temer assume como interino; e depois quando ele assume definitivamente. Além dessas edições, analisei a edição do *JN* em que é noticiada a liberação da gravação do grampo telefônico realizada de maneira também ilegal pelo juiz Sérgio Moro. É veiculada a conversa de Dilma com Lula acerca da posse de Lula na chefia da Casa Civil. Nesses episódios todos, a gente tem o que eu chamei “a construção de um certo efeito de legalidade”. É muito curioso como, analisando o *JN*, a gente pode recorrer ao velho conceito de ideologia. É um conceito do século XIX, mas que está funcionando muito bem para dar conta da situação que a gente está vivendo no Brasil. Porque existem duas narrativas que aparecem no *JN*. A narrativa do Golpe vai ser construída em grande parte nas votações no Parlamento e nas decisões




judiciais que amparam essas votações. É claro que apareciam, pelo menos, duas posições ali: os que eram a favor e os que eram contra.

A questão é que os que são contra aparecem sempre confinados em uma posição de particularismo. Mesmo o discurso de Dilma depois do afastamento definitivo é um discurso em que ela tenta equiparar a posição do PT à vontade do povo brasileiro, ao benefício da maioria. Durante o discurso, ela faz todo um esforço nessa direção, e no final o *JN* reduz o discurso a uma fala do PT, a uma fala do governo, a uma fala de uma posição minoritária dentro do debate. O *JN* reconhece que o PSDB, por exemplo, tem interesses que são particularistas. No caso, a disputa de poder diretamente com o PT. Só que, como o PSDB está hipoteticamente do “lado certo”, a posição discursiva dele acaba recebendo a chancela do próprio Parlamento, do Judiciário e, em última instância, da própria mídia. Então, de um lado, você tem um particular que se universaliza – o que é a vontade do Brasil, o que vai ser bom para o Brasil. Tanto que o verde e o amarelo foram as cores do Golpe. De outro lado, você tem uma posição que é empurrada até o limite do particularismo, chegando ao ponto da criminalização.

Isso é muito evidente na narrativa que o *JN* constrói, e eu me aproveitei de um conceito que Pierre Bourdieu trabalha nas aulas dele sobre o Estado. Os cursos dele sobre o Estado foram publicados pela Companhia das Letras em 2012. Nesses textos, ele lança o conceito de rito de instituição. Ele estava pensando no sistema escolar, nos diplomas. São os ritos através dos quais o Estado transfere uma parte do seu capital simbólico para que um sujeito possa, de certa forma, usurpar, a partir de então – ou monopolizar, melhor dizendo –, esse capital simbólico que é do Estado. Esse sujeito passa a poder falar em nome do Estado, e o Estado é o ente universal, por definição.

O Estado é aquilo que, no imaginário coletivo, paira acima das disputas de interesses particulares. Pelo menos na modernidade ocidental foi assim que ele foi concebido, a partir da visão hegeliana, a partir da oposição entre Estado e sociedade civil. Então, na sociedade civil, teríamos os interesses miúdos, particulares, privados se debatendo. Entretanto, a partir da vontade coletiva e racional do debate público, esses interesses são sublimados e se alcança o que é o bem para a maioria, o que é o bem público. O Bourdieu vai falar, então, de rito de instituição. Eu fiz a análise da narrativa do *JN* pensando essa narrativa como um rito de destituição. Como é que se faz para usurpar o capital simbólico de uma presidenta que tem 54 milhões de votos há menos de dois anos, no caso do Golpe? É um trabalho que tem que ser feito do ponto de vista discursivo; esse trabalho vai envolver uma colaboração de várias instâncias.

A mídia corporativa, com certeza, tem um papel fundamental; os setores conservadores do Judiciário, os setores conservadores do Parlamento, os setores conservadores do Ministério Público também. Há um alinhamento

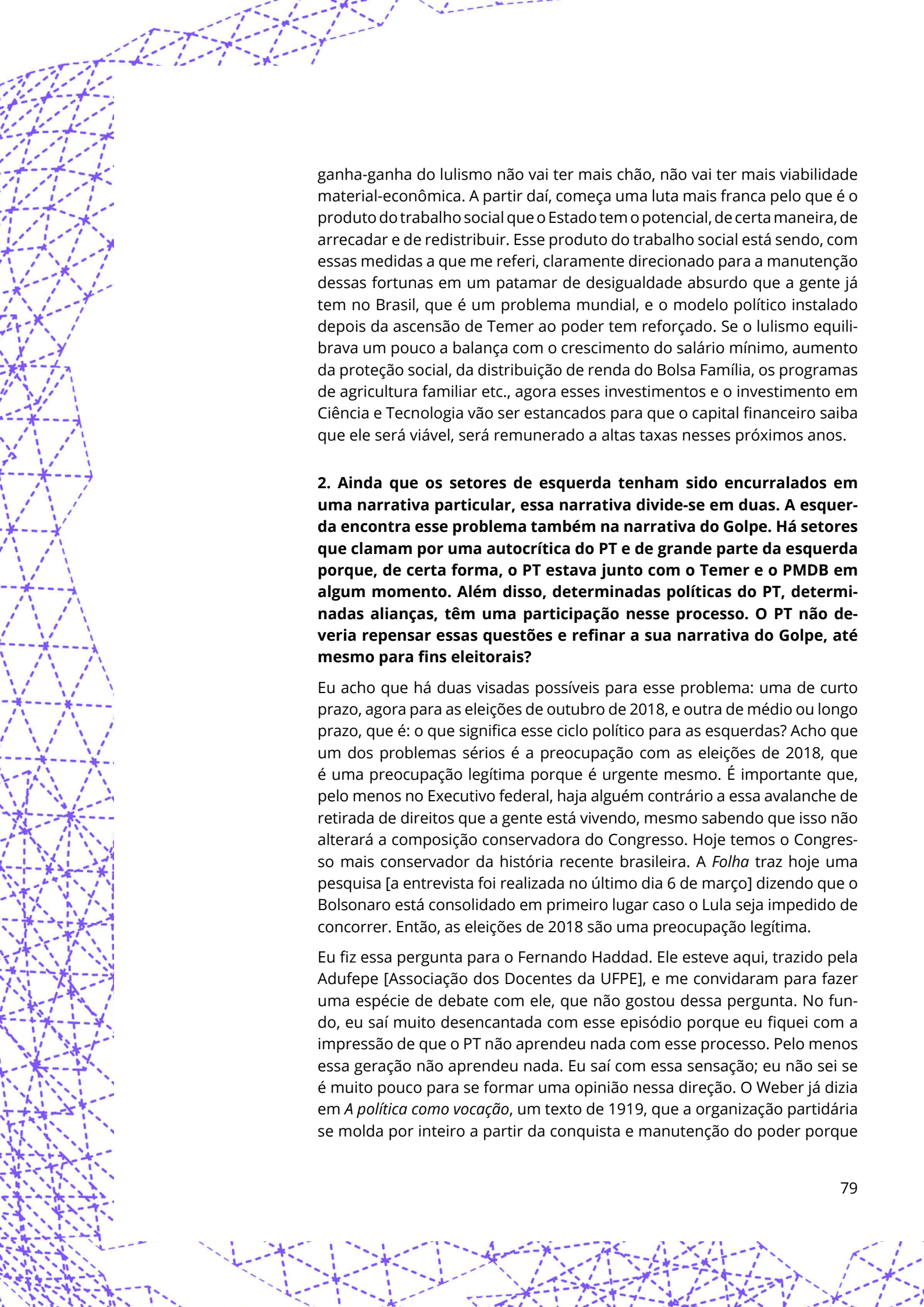


conservador entre essas forças, e todas, juntas, vão contrabalançar esse grande capital simbólico que uma figura como a Dilma vai adquirir em uma eleição em que ela sai vitoriosa. Uma eleição majoritária em que ela sai vitoriosa, e a gente vai vendo essa figura sendo desconstruída até o episódio final. Eu falo episódio porque é uma narrativa extremamente melodramática, uma narrativa que vai pensar a ascensão do bem e a queda do mal. Uma narrativa originalmente cristã, com forte rebatimento no melodrama, que é uma forma cultural inspirada no Cristianismo, na oposição entre o bem e o mal, o vilão e o mocinho. É importante, também, nesse aspecto, falar de como a figura de Lula foi retrabalhada para ser construída como uma figura criminoso, de vilania. Essa construção fica clara, por exemplo, no episódio da Casa Civil em que as pessoas vão às ruas para pedir a saída de Dilma porque haveria, então, um complô sendo tramado no Palácio para evitar que Lula fosse processado. Naquele episódio, ecoam narrativas melodramáticas seculares: o povo na rua contra o “déspota opressor, injusto e ilegítimo”. Há muitos rebatimentos, há muitas camadas de significado nessa narrativa. No final das contas, existe uma diferença crucial entre essas narrativas a que você se referiu. De um lado, você tem uma narrativa que pode se universalizar, pode ser tratada como servindo ao interesse público e ao interesse da maioria. De outro, você tem uma narrativa que é sempre confinada em uma posição particular.

O que é curioso, e que é um efeito da ideologia também, é que, no caso, a narrativa que assume a expressão do interesse público, que é a narrativa pró-Golpe, ela vem pavimentar o caminho para a retirada de direitos da maioria. No fundo, você tem a universalização do privilégio da minoria, que é uma contradição, um paradoxo, mas que não é um paradoxo em uma sociedade capitalista em que você tem os meios de produção simbólicos sendo monopolizados por aqueles mesmos que detêm outras formas de meios de produção. Então, há a possibilidade de construção de um discurso universalizante por parte de setores minoritários. Todas essas medidas que estão sendo tomadas, como a lei da terceirização, a reforma das leis trabalhistas e, principalmente, a proposta de reforma da previdência – a PEC 241, que, depois, transforma-se em PEC 255, limitando os gastos públicos – são uma sangria do Estado para que ele possa continuar remunerando como remunera o capital financeiro.

² Economista pernambucana de matriz desenvolvimentista e professora da UFPE.

Eu não tenho dados mais atuais, mas Tânia Bacelar² apresentou, ainda no final de 2015 – portanto esse não é um problema que vem com Michel Temer, mas sim anterior –, dados do Banco Central que mostravam que mais de 40% dos gastos públicos correspondiam a pagamento de juros da dívida do governo federal. Menos de 16% desses gastos eram com previdência; menos também que 16% correspondiam a funcionalismo público. O que aconteceu, e a gente sabe porque o André Singer fala disso muito bem n’*Os sentidos do lulismo*, é que, com a crise econômica que vem depois de 2008 e demora um pouco pra chegar aqui, instalando-se definitivamente em 2011, o modelo




ganha-ganha do lulismo não vai ter mais chão, não vai ter mais viabilidade material-econômica. A partir daí, começa uma luta mais franca pelo que é o produto do trabalho social que o Estado tem o potencial, de certa maneira, de arrecadar e de redistribuir. Esse produto do trabalho social está sendo, com essas medidas a que me referi, claramente direcionado para a manutenção dessas fortunas em um patamar de desigualdade absurdo que a gente já tem no Brasil, que é um problema mundial, e o modelo político instalado depois da ascensão de Temer ao poder tem reforçado. Se o lulismo equilibrava um pouco a balança com o crescimento do salário mínimo, aumento da proteção social, da distribuição de renda do Bolsa Família, os programas de agricultura familiar etc., agora esses investimentos e o investimento em Ciência e Tecnologia vão ser estancados para que o capital financeiro saiba que ele será viável, será remunerado a altas taxas nesses próximos anos.

2. Ainda que os setores de esquerda tenham sido encurralados em uma narrativa particular, essa narrativa divide-se em duas. A esquerda encontra esse problema também na narrativa do Golpe. Há setores que clamam por uma autocrítica do PT e de grande parte da esquerda porque, de certa forma, o PT estava junto com o Temer e o PMDB em algum momento. Além disso, determinadas políticas do PT, determinadas alianças, têm uma participação nesse processo. O PT não deveria repensar essas questões e refinar a sua narrativa do Golpe, até mesmo para fins eleitorais?

Eu acho que há duas visadas possíveis para esse problema: uma de curto prazo, agora para as eleições de outubro de 2018, e outra de médio ou longo prazo, que é: o que significa esse ciclo político para as esquerdas? Acho que um dos problemas sérios é a preocupação com as eleições de 2018, que é uma preocupação legítima porque é urgente mesmo. É importante que, pelo menos no Executivo federal, haja alguém contrário a essa avalanche de retirada de direitos que a gente está vivendo, mesmo sabendo que isso não alterará a composição conservadora do Congresso. Hoje temos o Congresso mais conservador da história recente brasileira. A *Folha* traz hoje uma pesquisa [a entrevista foi realizada no último dia 6 de março] dizendo que o Bolsonaro está consolidado em primeiro lugar caso o Lula seja impedido de concorrer. Então, as eleições de 2018 são uma preocupação legítima.

Eu fiz essa pergunta para o Fernando Haddad. Ele esteve aqui, trazido pela Adufepe [Associação dos Docentes da UFPE], e me convidaram para fazer uma espécie de debate com ele, que não gostou dessa pergunta. No fundo, eu saí muito desencantada com esse episódio porque eu fiquei com a impressão de que o PT não aprendeu nada com esse processo. Pelo menos essa geração não aprendeu nada. Eu saí com essa sensação; eu não sei se é muito pouco para se formar uma opinião nessa direção. O Weber já dizia em *A política como vocação*, um texto de 1919, que a organização partidária se molda por inteiro a partir da conquista e manutenção do poder porque

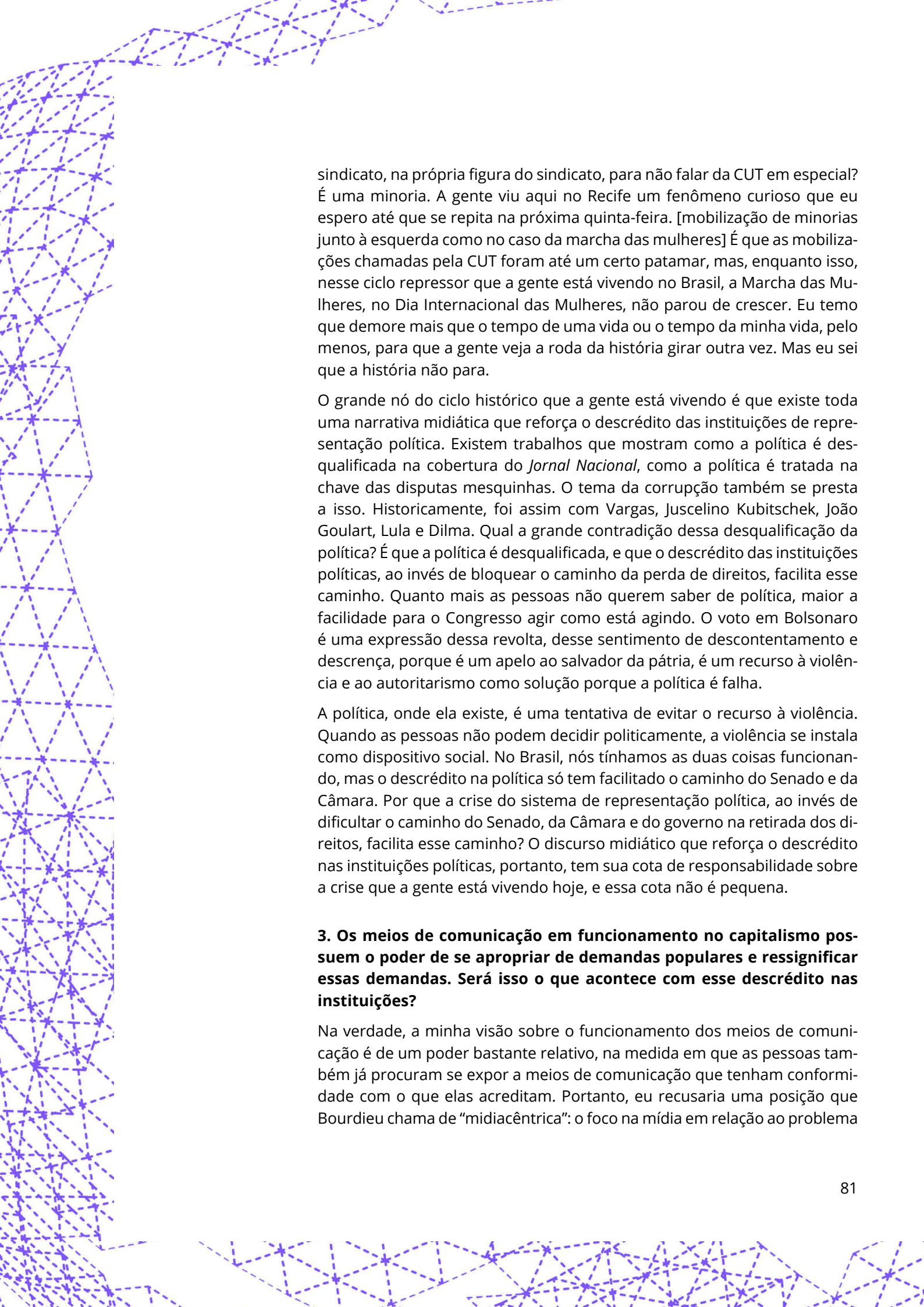


3 Movimento social do Recife cuja pauta inicial foi opor-se à construção de 12 prédios de 40 andares onde hoje é o Cais Santa Estelita. Segundo os participantes do movimento, o empreendimento imobiliário que seria levado a cabo por um consórcio de cinco empreiteiras não levava em conta o impacto ambiental e urbanístico dos prédios. Além disso, a venda do terreno para as empreiteiras apresentava ilegalidades.

é assim que ela sobrevive, assim que ela distribui cargos. E, ao contrário da criminalização da política que a gente está vendo no Brasil hoje, essa é a forma do funcionamento das sociedades modernas; mesmo uma sociedade como a Alemanha já era assim. Há uma liderança carismática e um aparato burocrático trabalhando por essa liderança carismática. É uma descrição do que o Brasil viveu no ciclo do lulismo: uma necessidade visceral de ocupar cargos públicos e de redistribuir esses cargos públicos para militantes. Isso é parte do funcionamento da política. Vai aí uma dose de ceticismo saber se poderia ser diferente ou não. Entretanto, seria importante que as principais lideranças dessa organização partidária estivessem fazendo um processo de reflexão que levasse todos que se colocam dentro da esquerda a outro patamar de maturidade, porque uma das coisas que mais me angustiam nesse ciclo histórico é que essas organizações partidárias perderam muito da capacidade de responder aos desafios desse tempo.

Há uma pesquisa interessante feita por Pablo Ortellado e outros autores. Eles escreveram um texto interessante sobre o Junho de 2013 em que identificam três posições no espectro político brasileiro: a primeira seria o discurso conservador-patriótico, um nacionalismo de direita; a segunda, um discurso que eles vão chamar da esquerda partidária-sindical – a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT seriam seus representantes; e a terceira eles chamam de posição autonomista, essa novíssima esquerda que esteve envolvida nas ocupações. Tive a oportunidade de conhecer alguns militantes dessa nova esquerda no Ocupe Estelita³ e também nas ocupações aqui na UFPE. É uma geração que tem verdadeira ojeriza pela política institucionalizada, uma forte resistência às instituições como um todo, e não acredita que a democracia é uma experiência que se vive no futuro. Creem que a revolução virá, mas que essas relações precisam ser reconstruídas em outro patamar de horizontalidade agora, hoje, em todos os espaços, a começar pelos espaços das ocupações. Então, não é por acaso que é uma militância, em grande parte, liderada por mulheres, por jovens e por negros e negras. Porque são justamente esses setores que não se viram representados ou, pelo menos, não devidamente representados no último ciclo político. Para mim, a renovação das esquerdas vai vir por aí, com maior participação feminina, juvenil e de negros e negras. Eu só não sei quando e se essa renovação vai repercutir no plano da política institucional. E a tragédia é que é no plano da política institucional que será decidida, por exemplo, a reforma da previdência, em um curto espaço de tempo.

Há uma pergunta que a gente se faz e que eu fiz ao Haddad: se o PT não tinha vontade ou se não tinha força para capitanear uma reação nas ruas desde 2016, como a PEC 55, a PEC 759, que regulariza a grilagem no Brasil, a reforma do ensino médio. São várias e várias frentes de derrota. Ele me respondeu que o PT não tinha força. Acho uma resposta simples, mas ela é crível, na medida em que quais são as organizações, os movimentos, os coletivos que lideram essa renovação da esquerda que acreditam no



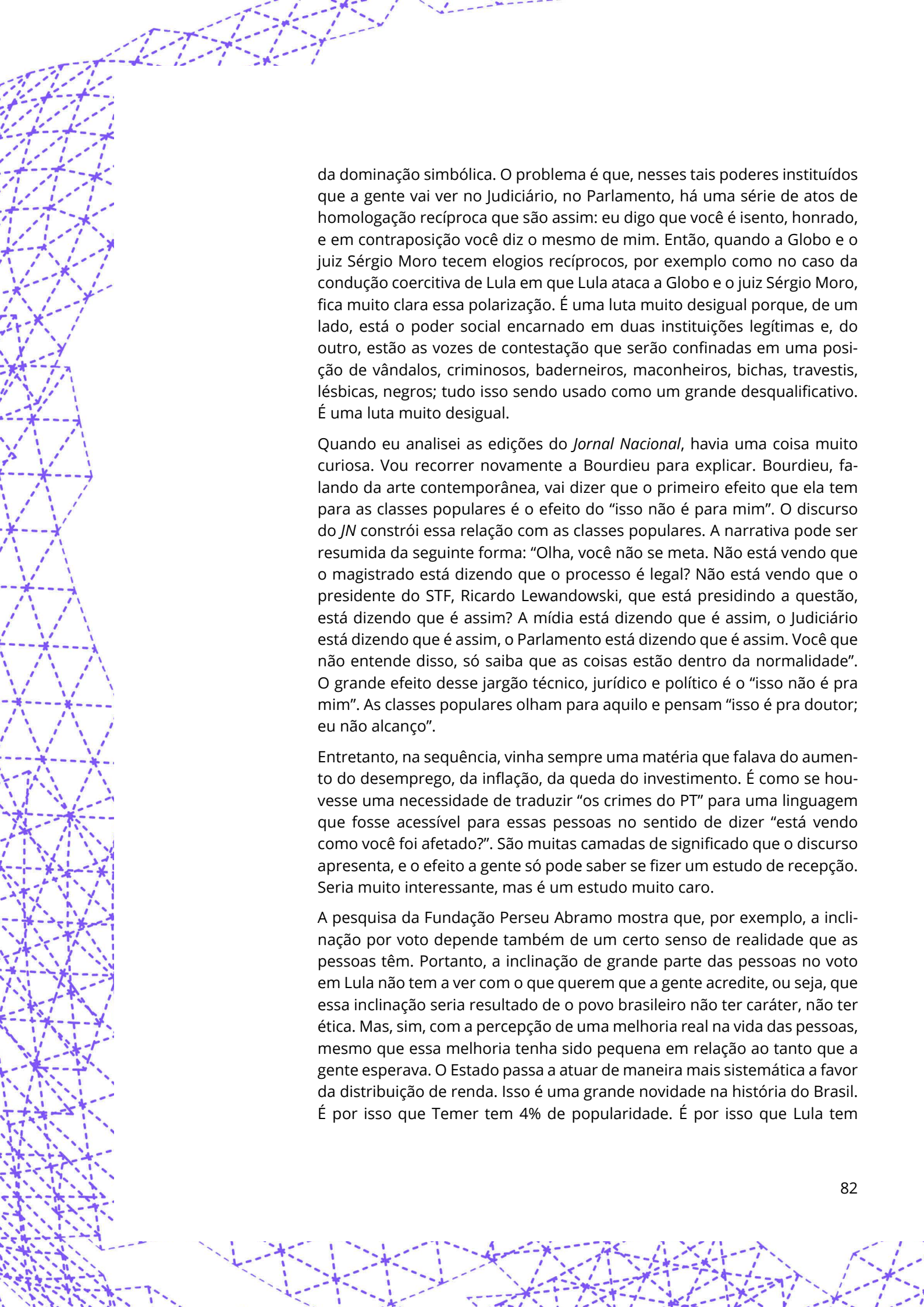
sindicato, na própria figura do sindicato, para não falar da CUT em especial? É uma minoria. A gente viu aqui no Recife um fenômeno curioso que eu espero até que se repita na próxima quinta-feira. [mobilização de minorias junto à esquerda como no caso da marcha das mulheres] É que as mobilizações chamadas pela CUT foram até um certo patamar, mas, enquanto isso, nesse ciclo repressor que a gente está vivendo no Brasil, a Marcha das Mulheres, no Dia Internacional das Mulheres, não parou de crescer. Eu temo que demore mais que o tempo de uma vida ou o tempo da minha vida, pelo menos, para que a gente veja a roda da história girar outra vez. Mas eu sei que a história não para.

O grande nó do ciclo histórico que a gente está vivendo é que existe toda uma narrativa midiática que reforça o descrédito das instituições de representação política. Existem trabalhos que mostram como a política é desqualificada na cobertura do *Jornal Nacional*, como a política é tratada na chave das disputas mesquinhas. O tema da corrupção também se presta a isso. Historicamente, foi assim com Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Lula e Dilma. Qual a grande contradição dessa desqualificação da política? É que a política é desqualificada, e que o descrédito das instituições políticas, ao invés de bloquear o caminho da perda de direitos, facilita esse caminho. Quanto mais as pessoas não querem saber de política, maior a facilidade para o Congresso agir como está agindo. O voto em Bolsonaro é uma expressão dessa revolta, desse sentimento de descontentamento e descrença, porque é um apelo ao salvador da pátria, é um recurso à violência e ao autoritarismo como solução porque a política é falha.

A política, onde ela existe, é uma tentativa de evitar o recurso à violência. Quando as pessoas não podem decidir politicamente, a violência se instala como dispositivo social. No Brasil, nós tínhamos as duas coisas funcionando, mas o descrédito na política só tem facilitado o caminho do Senado e da Câmara. Por que a crise do sistema de representação política, ao invés de dificultar o caminho do Senado, da Câmara e do governo na retirada dos direitos, facilita esse caminho? O discurso midiático que reforça o descrédito nas instituições políticas, portanto, tem sua cota de responsabilidade sobre a crise que a gente está vivendo hoje, e essa cota não é pequena.

3. Os meios de comunicação em funcionamento no capitalismo possuem o poder de se apropriar de demandas populares e ressignificar essas demandas. Será isso o que acontece com esse descrédito nas instituições?

Na verdade, a minha visão sobre o funcionamento dos meios de comunicação é de um poder bastante relativo, na medida em que as pessoas também já procuram se expor a meios de comunicação que tenham conformidade com o que elas acreditam. Portanto, eu recusaria uma posição que Bourdieu chama de “midiacêntrica”: o foco na mídia em relação ao problema

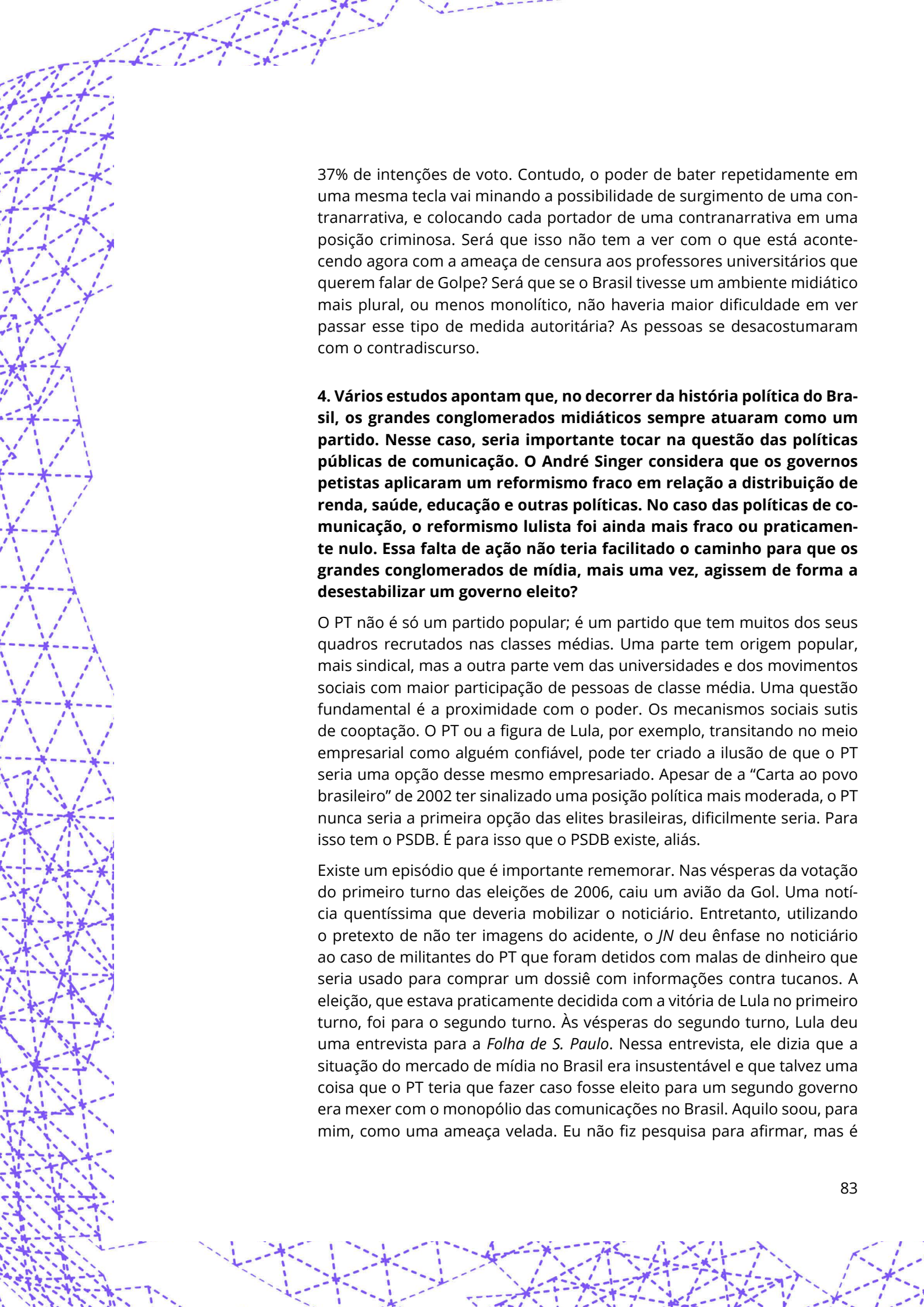


da dominação simbólica. O problema é que, nesses tais poderes instituídos que a gente vai ver no Judiciário, no Parlamento, há uma série de atos de homologação recíproca que são assim: eu digo que você é isento, honrado, e em contraposição você diz o mesmo de mim. Então, quando a Globo e o juiz Sérgio Moro tecem elogios recíprocos, por exemplo como no caso da condução coercitiva de Lula em que Lula ataca a Globo e o juiz Sérgio Moro, fica muito clara essa polarização. É uma luta muito desigual porque, de um lado, está o poder social encarnado em duas instituições legítimas e, do outro, estão as vozes de contestação que serão confinadas em uma posição de vândalos, criminosos, baderneiros, maconheiros, bichas, travestis, lésbicas, negros; tudo isso sendo usado como um grande desqualificativo. É uma luta muito desigual.

Quando eu analisei as edições do *Jornal Nacional*, havia uma coisa muito curiosa. Vou recorrer novamente a Bourdieu para explicar. Bourdieu, falando da arte contemporânea, vai dizer que o primeiro efeito que ela tem para as classes populares é o efeito do “isso não é para mim”. O discurso do *JN* constrói essa relação com as classes populares. A narrativa pode ser resumida da seguinte forma: “Olha, você não se meta. Não está vendo que o magistrado está dizendo que o processo é legal? Não está vendo que o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que está presidindo a questão, está dizendo que é assim? A mídia está dizendo que é assim, o Judiciário está dizendo que é assim, o Parlamento está dizendo que é assim. Você que não entende disso, só saiba que as coisas estão dentro da normalidade”. O grande efeito desse jargão técnico, jurídico e político é o “isso não é pra mim”. As classes populares olham para aquilo e pensam “isso é pra doutor; eu não alcanço”.

Entretanto, na sequência, vinha sempre uma matéria que falava do aumento do desemprego, da inflação, da queda do investimento. É como se houvesse uma necessidade de traduzir “os crimes do PT” para uma linguagem que fosse acessível para essas pessoas no sentido de dizer “está vendo como você foi afetado?”. São muitas camadas de significado que o discurso apresenta, e o efeito a gente só pode saber se fizer um estudo de recepção. Seria muito interessante, mas é um estudo muito caro.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que, por exemplo, a inclinação por voto depende também de um certo senso de realidade que as pessoas têm. Portanto, a inclinação de grande parte das pessoas no voto em Lula não tem a ver com o que querem que a gente acredite, ou seja, que essa inclinação seria resultado de o povo brasileiro não ter caráter, não ter ética. Mas, sim, com a percepção de uma melhoria real na vida das pessoas, mesmo que essa melhoria tenha sido pequena em relação ao tanto que a gente esperava. O Estado passa a atuar de maneira mais sistemática a favor da distribuição de renda. Isso é uma grande novidade na história do Brasil. É por isso que Temer tem 4% de popularidade. É por isso que Lula tem




37% de intenções de voto. Contudo, o poder de bater repetidamente em uma mesma tecla vai minando a possibilidade de surgimento de uma contranarrativa, e colocando cada portador de uma contranarrativa em uma posição criminosa. Será que isso não tem a ver com o que está acontecendo agora com a ameaça de censura aos professores universitários que querem falar de Golpe? Será que se o Brasil tivesse um ambiente midiático mais plural, ou menos monolítico, não haveria maior dificuldade em ver passar esse tipo de medida autoritária? As pessoas se desacostumaram com o contradiscurso.

4. Vários estudos apontam que, no decorrer da história política do Brasil, os grandes conglomerados midiáticos sempre atuaram como um partido. Nesse caso, seria importante tocar na questão das políticas públicas de comunicação. O André Singer considera que os governos petistas aplicaram um reformismo fraco em relação a distribuição de renda, saúde, educação e outras políticas. No caso das políticas de comunicação, o reformismo lulista foi ainda mais fraco ou praticamente nulo. Essa falta de ação não teria facilitado o caminho para que os grandes conglomerados de mídia, mais uma vez, agissem de forma a desestabilizar um governo eleito?

O PT não é só um partido popular; é um partido que tem muitos dos seus quadros recrutados nas classes médias. Uma parte tem origem popular, mais sindical, mas a outra parte vem das universidades e dos movimentos sociais com maior participação de pessoas de classe média. Uma questão fundamental é a proximidade com o poder. Os mecanismos sociais sutis de cooptação. O PT ou a figura de Lula, por exemplo, transitando no meio empresarial como alguém confiável, pode ter criado a ilusão de que o PT seria uma opção desse mesmo empresariado. Apesar de a “Carta ao povo brasileiro” de 2002 ter sinalizado uma posição política mais moderada, o PT nunca seria a primeira opção das elites brasileiras, dificilmente seria. Para isso tem o PSDB. É para isso que o PSDB existe, aliás.

Existe um episódio que é importante lembrar. Nas vésperas da votação do primeiro turno das eleições de 2006, caiu um avião da Gol. Uma notícia quantíssima que deveria mobilizar o noticiário. Entretanto, utilizando o pretexto de não ter imagens do acidente, o *JN* deu ênfase no noticiário ao caso de militantes do PT que foram detidos com malas de dinheiro que seria usado para comprar um dossiê com informações contra tucanos. A eleição, que estava praticamente decidida com a vitória de Lula no primeiro turno, foi para o segundo turno. Às vésperas do segundo turno, Lula deu uma entrevista para a *Folha de S. Paulo*. Nessa entrevista, ele dizia que a situação do mercado de mídia no Brasil era insustentável e que talvez uma coisa que o PT teria que fazer caso fosse eleito para um segundo governo era mexer com o monopólio das comunicações no Brasil. Aquilo soou, para mim, como uma ameaça velada. Eu não fiz pesquisa para afirmar, mas é



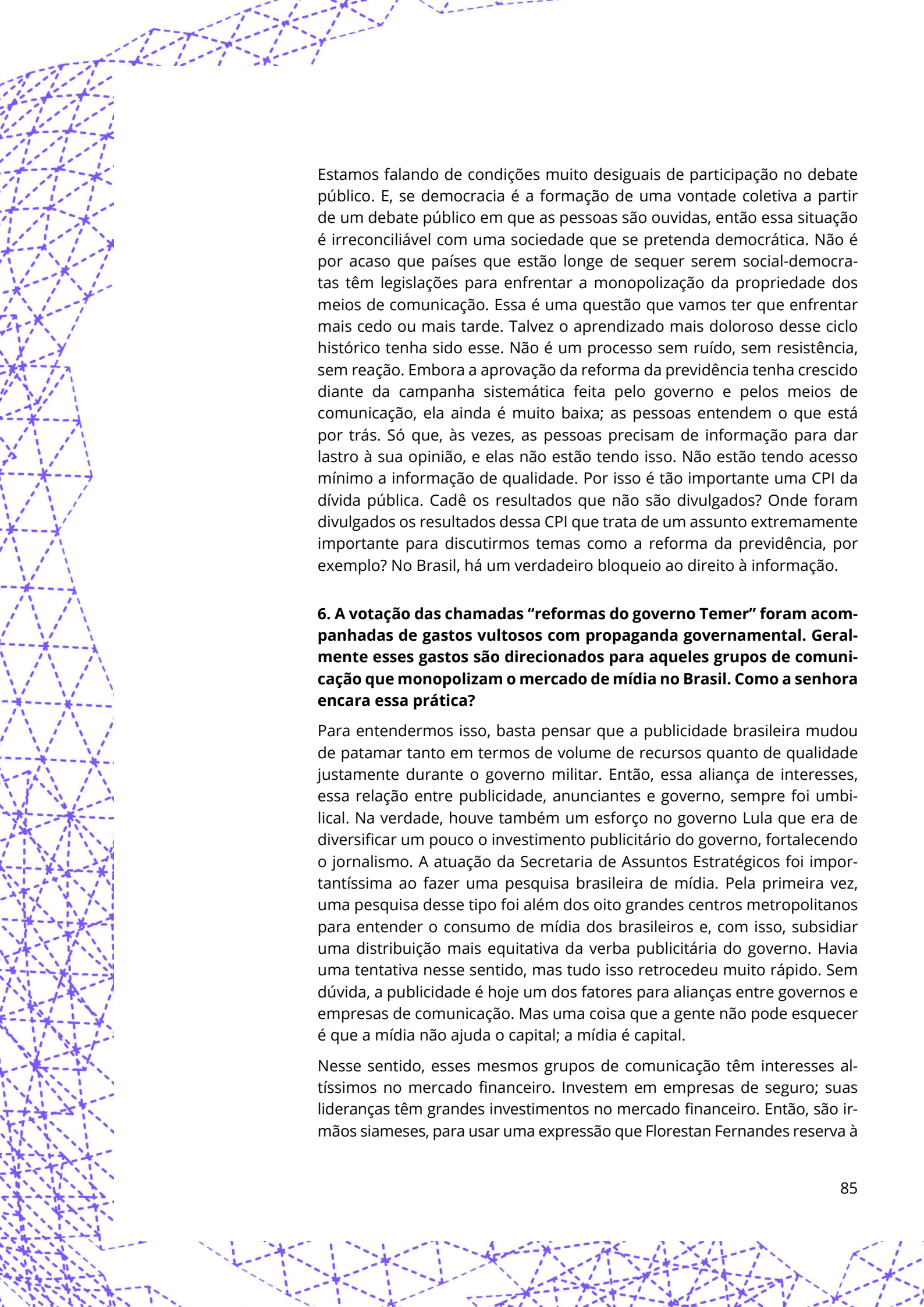
claro que o PT deve ter se deparado com essa escolha. Mas, se a trilha escolhida em nome da governabilidade foi o reformismo fraco, era até mais importante deixar intocadas as relações de propriedade dos meios de comunicação que as relações de propriedade de terra. Se há uma reforma difícil de se fazer politicamente, é a reforma dos meios de comunicação de massa; é colocar em movimento o processo de democratização da mídia.

O PT apostou que a comunicação pública poderia ser uma saída. De novo, a proposta do ganha-ganha. Não mexe no monopólio, mas cria um sistema independente para, de repente, diversificar um pouco a oferta de opiniões. Só que na primeira canetada voou o conselho gestor da EBC, e a Rede Brasil foi instrumentalizada. Nós estamos lutando aqui no Recife com a experiência de jornalismo independente que é o *Fora da Curva*. É um espaço aqui que não é dentro de uma emissora pública, é em uma emissora universitária, mas sabemos que as próximas eleições para reitor são decisivas para saber se o projeto continua. É preciso uma reforma que mexa nessas balizas a ponto de a pluralidade de vozes não ser ameaçada pelo rodízio do poder. É um problema estrutural; não pode ser uma questão que dependa da vontade de um governo ou de outro.

5. A TV Brasil tinha um caráter organizativo misto. Era ligada à Presidência da República, que dava à emissora uma feição de TV estatal, mas também apresentava características de TV pública porque seus dirigentes tinham um mandato limitado, existia um conselho gestor. Para muitos, era o embrião da construção de uma comunicação pública nos moldes de outros países. Entretanto, poucos meses após o *impeachment*, a TV Brasil sofreu um desmonte. Para quem luta pela comunicação pública, qual foi o significado desse desmonte?

O que essa experiência sinaliza é a necessidade de mudar a estrutura de propriedade da mídia privada. Sinaliza também que investir em um sistema público de comunicação é fundamental, mas que, quando existe uma emissora que alcança mais de 50% de *share* – no capítulo final de *Avenida Brasil*⁴, a estimativa foi de 80% –, isso é um problema para a democracia. Juliano Domingues, um colega da Universidade Católica de Pernambuco, levanta um ponto muito interessante: que, na verdade, a questão do oligopólio da propriedade da comunicação é contrária até ao pensamento liberal clássico. Não é uma posição estatista, não é uma posição centralizadora, nem de censura como se quer fazer crer. Se você é um liberal clássico, acredita que o debate público tem que ser plural. Nesse sentido, é necessário garantir que exista uma pluralidade de vozes. Se o sistema de mídia é deixado à sua própria lógica econômica, a força da inércia dessa própria lógica econômica vai gerar esse tipo de distorção. Portanto, o Estado tem que intervir para evitar esse tipo de distorção. Tem que subsidiar a comunicação comunitária. Por que as rádios comunitárias não podem formar rede, por exemplo?

⁴ Novela exibida pela Rede Globo em 2012 no horário das 21h.




Estamos falando de condições muito desiguais de participação no debate público. E, se democracia é a formação de uma vontade coletiva a partir de um debate público em que as pessoas são ouvidas, então essa situação é irreconciliável com uma sociedade que se pretenda democrática. Não é por acaso que países que estão longe de sequer serem social-democratas têm legislações para enfrentar a monopolização da propriedade dos meios de comunicação. Essa é uma questão que vamos ter que enfrentar mais cedo ou mais tarde. Talvez o aprendizado mais doloroso desse ciclo histórico tenha sido esse. Não é um processo sem ruído, sem resistência, sem reação. Embora a aprovação da reforma da previdência tenha crescido diante da campanha sistemática feita pelo governo e pelos meios de comunicação, ela ainda é muito baixa; as pessoas entendem o que está por trás. Só que, às vezes, as pessoas precisam de informação para dar lastro à sua opinião, e elas não estão tendo isso. Não estão tendo acesso mínimo a informação de qualidade. Por isso é tão importante uma CPI da dívida pública. Cadê os resultados que não são divulgados? Onde foram divulgados os resultados dessa CPI que trata de um assunto extremamente importante para discutirmos temas como a reforma da previdência, por exemplo? No Brasil, há um verdadeiro bloqueio ao direito à informação.

6. A votação das chamadas “reformas do governo Temer” foram acompanhadas de gastos vultosos com propaganda governamental. Geralmente esses gastos são direcionados para aqueles grupos de comunicação que monopolizam o mercado de mídia no Brasil. Como a senhora encara essa prática?

Para entendermos isso, basta pensar que a publicidade brasileira mudou de patamar tanto em termos de volume de recursos quanto de qualidade justamente durante o governo militar. Então, essa aliança de interesses, essa relação entre publicidade, anunciantes e governo, sempre foi umbilical. Na verdade, houve também um esforço no governo Lula que era de diversificar um pouco o investimento publicitário do governo, fortalecendo o jornalismo. A atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos foi importantíssima ao fazer uma pesquisa brasileira de mídia. Pela primeira vez, uma pesquisa desse tipo foi além dos oito grandes centros metropolitanos para entender o consumo de mídia dos brasileiros e, com isso, subsidiar uma distribuição mais equitativa da verba publicitária do governo. Havia uma tentativa nesse sentido, mas tudo isso retrocedeu muito rápido. Sem dúvida, a publicidade é hoje um dos fatores para alianças entre governos e empresas de comunicação. Mas uma coisa que a gente não pode esquecer é que a mídia não ajuda o capital; a mídia é capital.

Nesse sentido, esses mesmos grupos de comunicação têm interesses altíssimos no mercado financeiro. Investem em empresas de seguro; suas lideranças têm grandes investimentos no mercado financeiro. Então, são irmãos siameses, para usar uma expressão que Florestan Fernandes reserva à



relação entre o senhor rural e a Coroa Portuguesa. Podemos dizer a mesma coisa. São irmãos siameses: o que afeta um afeta o outro. Normalmente, na mesma direção.

7. O governo Temer, mesmo com elevadas taxas de desaprovação, está conseguindo impor sua agenda. Ao mesmo tempo, os setores que se opõem a essas políticas parecem ter pouco poder de mobilização para resistir a essas medidas. Como a senhora acha que é possível furar o bloqueio imposto pelo monopólio da comunicação para chegar aos setores populares da população através de comunicação alternativa, de rádios comunitárias, da internet?

Na verdade, eu nunca tive uma visão da internet como espaço neutro de comunicação, um espaço horizontal. Esse último algoritmo do Facebook, por exemplo, seleciona o que a gente vai visualizar. O algoritmo do Facebook, na verdade, sempre realizou essa seleção, mas agora o filtro é mais fino. Essas novas mudanças transformaram o algoritmo do Facebook em um obstáculo ainda maior para quem utiliza a internet como espaço da mídia independente. As visualizações do *Fora da Curva* caíram quase 50% por causa dessa dificuldade de acessar o conteúdo. Há um filtro e, se o conteúdo for político, ele vai lá para o fim da fila. A internet tem seus mecanismos de cerceamento, de censura, predominantemente econômicos. No caso do Facebook, por exemplo, se você paga, a mensagem circula mais. As empresas da internet estão, de certa maneira, replicando a mesma lógica dos meios de massa, do *broadcasting*.

Para não terminar de uma forma pessimista, eu acredito na comunicação como um processo mais amplo, mais profundo, de formação humana. A gente está com uma preocupação no *Fora da Curva* de produzir conteúdo que possa ser utilizado nas aulas de Sociologia da educação básica. É preciso municiar os professores com informação para que eles possam atuar no sentido de preparar os alunos para terem uma consciência mais crítica. Há uma frase do Raduan Nassar que gosto muito: perguntaram o que ele fazia para selecionar as coisas que consumia; ele disse que o que mais fazia era um grande esforço para não transformarem a cabeça dele em uma lata de lixo. Eu penso que esse tem que ser um projeto muito mais amplo que a própria comunicação. É uma tarefa que devemos exercer em todos os nossos espaços de convivência: atuar no sentido da formação humana. Paulo Freire, que foi tão atacado nesse sentido, pode ser uma grande inspiração nesse ciclo histórico que estamos vivendo. Os resultados não são certos, são muito incertos, e nada indica que sejam rápidos, mas não acredito que há outro caminho.